



A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista

The praxis of a Social Worker and a project materialization ethical and political in capitalist society

RENATA GOMES DA COSTA*



RESUMO – Refletir sobre o trabalho e suas configurações atuais nos possibilita a problematização da atuação profissional do Serviço Social, seus desafios cotidianos, sobre a materialidade do Projeto Ético-Político (PEP) e a ofensiva que sofre mediante as imposições capitalistas. A análise empreendida neste artigo centra-se nas relações e condições de trabalho enfrentadas pelos/as assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais, trazendo como base empírica uma pesquisa realizada com profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Fortaleza/CE. Compreender esta conjuntura de modo profundo perpassa, pois, um campo de mediações que necessita abranger desde o trabalho e suas particularidades entranhadas dentro de nossa época até o aspecto ontológico, de modo a apreendermos onde se revela a conexão entre o campo do trabalho, das lutas sociais com a esfera da ética e da política na intervenção profissional do Serviço Social.

Palavras-chave – Trabalho. Neoliberalismo. Serviço Social. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT – Reflect on the work and its current settings allows us to problematize the professional practice of social work, their daily challenges on the materiality of the Ethical-Political Project (PEP) and the offensive suffering through capitalist impositions. The analysis undertaken in this article focuses on relationships and working conditions faced by / social workers in their socio-occupational spaces, bringing empirical basis as a survey of Professional Network for Assistance to Women in violent situations in Fortaleza / CE. Understanding this situation permeates deep so therefore by a field of mediations that needs to realize from the work and its particularities penetrates within our era to the ontological aspect, to apprehend where he reveals the connection between the field of work, of social struggles with the sphere of ethics and politics in professional social work intervention.

Keywords – Work. Neoliberalism. Social Service. Ethical-Political Project.

* Assistente Social e Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Vice-líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Violência (GEPEVI), Campo Grande – MS, Brasil.
E-mail: renatagomesdc@gmail.com

Submetido em: setembro/2014. Aprovado em: novembro/2014.

A expressão complexa dos elementos que envolvem as relações de trabalho no mundo contemporâneo resguarda características particulares do modo de produção e reprodução vigente, contornando aspectos desde a essência da hegemonia da sociabilidade burguesa e assimilando novas configurações para a manutenção desta a partir do processo de reestruturação produtiva após os anos 1970 e o advento do Estado neoliberal.

Estas composições obscurecem de modo cada vez mais peculiar o âmago da exploração do trabalho e as causas das suas refrações no cotidiano, ao passo que desafiam intensamente o desvendamento essencial das diversas expressões da questão social que saltam aos olhos em tempos de barbárie. Compreender essa conjuntura de modo profundo perpassa, pois, um campo de mediações que necessita abranger desde o trabalho e suas particularidades estranhadas dentro de nossa época até o aspecto ontológico, de modo a apreendermos onde se revela a conexão entre o campo do trabalho, das lutas sociais com a esfera da ética e da política na intervenção profissional do Serviço Social.

Dentro das reflexões de caráter crítico-ontológico, já é conhecida a assertiva de que o trabalho é a categoria fundante do ser social. Essa afirmação marxiana expressa que sem trabalho nenhuma existência humana seria possível. Em suas discussões sobre a teoria do valor, Marx afirma que o trabalho útil, ou seja, aquele que produz valor de uso, é indispensável à vivência humana em qualquer que seja a forma de sociedade. Em outras palavras, é “uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2012, p. 65).

A interação consciente do sujeito sobre a natureza é uma ação teleológica; desta forma, o trabalho media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Esta transformação desencadeada pela interação entre sujeito e natureza produz também o ser social, seu corpo, seu cérebro, sua fala, pois o trabalho cria o ser humano ao mesmo tempo em que o ser humano cria o trabalho. Essa relação dialética nos proporciona compreender o ser social e sociedade como um todo (CARCANHOLO; PRIEB, 2011).

Se o trabalho possui esse grau de importância para a sociabilidade, nada mais do que essencial destinar análises e reflexões que pensem a sociedade e suas relações a partir desse eixo estruturante, buscando nexos causais que nos possibilitem desvendar as relações cotidianas que são impostas ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras.

O capitalismo estabeleceu uma lógica de exploração e opressão à classe trabalhadora. Ele inaugura uma nova forma de gerir a força de trabalho, fazendo com que o valor de troca seja imperante em relação ao valor de uso, e o motor-chefe da produção, assim como o da circulação, no que se refere aos trabalhadores/as da esfera dos serviços, seja a extração de mais-valia.

O lucro capitalista tem seu cerne na exploração da força de trabalho e na extração intensa, em tempos de capital fetiche, da mais-valia relativa, produzindo concomitantemente à exploração o fenômeno da alienação. Como afirma Marx (2010), o/a trabalhador/a aliena-se em três vias: perante o processo produtivo, diante do produto produzido e ante o gênero humano.

As transformações societárias engendradas pelo capitalismo fetichizado neoliberal

¹ a partir dos anos de 1970 e 1980 trouxeram um novo padrão de acumulação com a adoção do toyotismo – processo de acumulação flexível – para o mundo do trabalho, impondo ditames que, na aparência, como afirmam Carcanholo e Prieb (2011), apresenta-se como uma sociedade pós-industrial, na qual o desenvolvimento da robótica, da microeletrônica e da informática possibilitou a construção de uma sociedade em que o trabalho não é central, visto que as inovações tecnológicas requerem cada vez menos força de trabalho. Pensar e (re)pensar as condições e relações de trabalho no capitalismo nos oferece um panorama sobre a conjuntura atual, trazendo elementos para analisar a essência da ainda existente centralidade do trabalho, pois, como vimos, o trabalho “é condição fundamental de toda vida humana” (ENGELS, 2004, p. 11). As características do mercado de trabalho para algumas profissões, como o Serviço Social, sofrem diretamente as consequências dessa conjuntura, seja em suas relações, seja nas

condições de trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais, considerando, por exemplo, os determinantes deste cenário para as políticas sociais – *locus* privilegiado do trabalho profissional.

Refletir sobre o trabalho e suas configurações atuais nos possibilita a problematização da atuação profissional e seus desafios, o que nos fará pensar sobre a materialidade do Projeto Ético-Político e a ofensiva que sofre mediante as imposições capitalistas.

A análise empreendida neste artigo centra-se nas relações e condições de trabalho enfrentadas pelos/as assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais, trazendo como base empírica uma pesquisa realizada com profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Fortaleza/CE.

Trabalho e práxis social na sociedade capitalista

Analisar, problematizar e refletir sobre o mundo do trabalho na sociabilidade atual requer um aprofundamento teórico que possibilite o desvendamento das novas configurações que delineiam o trabalho e outras práxis sociais, buscando descortinar elementos que, como afirma Antunes (2009, p. 132), “configuram a ‘nova morfologia do trabalho’, seus dilemas e desafios”.

Este desafio vem sendo realizado por muitos teóricos marxistas que buscam retomar a teoria do valor-trabalho de Marx para compreender as configurações contemporâneas do mundo do trabalho, buscando apreender os elementos determinantes que culminam nos mais variados modos de precarização, desemprego, subemprego, informalidade, entre outros aspectos que vêm atingindo a classe trabalhadora na vida hodierna.

Compreender as condições objetivas da realização do trabalho na sociabilidade atual, trazendo essas análises para o seio do Serviço Social e fazendo uma articulação com a materialização do Projeto Ético-Político (PEP) é um desafio necessário e uma reflexão importante aos/às profissionais que estão no cotidiano da intervenção. O projeto profissional se constituiu historicamente na contradição entre ser instrumental ao projeto burguês e se rebelar contra esta identidade ao se atrelar a um projeto emancipatório de sociedade desde seu processo de reconceituação.²

Ao analisar a dinâmica do capitalismo nos anos de 1960 e início de 1970, observa-se que muitos países com economias industrializadas vivenciaram um grande crescimento econômico. Houve expansão da acumulação capitalista aliada a uma prosperidade e garantia de muitos direitos trabalhistas. Países como os Estados Unidos da América (EUA) se destacaram em seu padrão de acumulação, dominando a política econômica mundial (SOUZA, 2012).

Contudo, o tão aclamado Estado de bem-estar social, regado pelo sonho do pleno emprego e de garantias sociais por meio da proteção social, desmorona-se com a crise de superprodução, tendo como estopim a crise do petróleo em 1973-1974. Esse contexto traz para o mundo do trabalho consequências avassaladoras, uma vez que:

Essa crise se traduz, por parte do capital, na queda tendencial da taxa de lucro, no desgaste do padrão *taylorista-fordista* de produção, na desestruturação do *Welfare State* e na hipertrofia do sistema financeiro. Para o trabalho, reflete o insuficiente atendimento das necessidades sociais da maior parte das populações no mundo, os elevados índices de pauperização, a precarização e a flexibilidade das relações de trabalho, a intensificação da exploração e a emergência do fenômeno do desemprego estrutural. Torna-se evidente a incapacidade das forças econômicas de controlar, através do fordismo e das políticas keynesianas, as contradições imanentes ao desenvolvimento capitalista (SOUZA, 2012, p. 145).

A referida crise assustou grande parte da sociedade mediante suas consequências, que ocasionaram altos índices de pobreza, desemprego e suicídio entre aqueles que tiveram seus investimentos atingidos contundentemente. O que se precisa compreender é a dinâmica do capitalismo e sua tendência a momentos de crise, a um movimento, como afirma Souza (2012), de ascendência e descendência no seu processo de acumulação e seus ciclos econômicos. Compreendendo a lógica do sistema capitalista é que se passa a entender as estratégias que este adota para sair da crise e recuperar o ciclo produtivo.

A restauração do capital passa necessariamente por uma via de respostas essenciais, tais como: mundialização com a quebra das fronteiras nacionais; neoliberalismo; minimização dos direitos sociais; reestruturação produtiva, com enxugamento da produção; investimento tecnológico; precarização dos trabalhadores. Tudo isso expressa um cenário inequívoco quanto à lógica desse sistema.

Neste momento de superação da crise, o Estado compactua e se reordena também em prol da recuperação do ciclo produtivo capitalista por meio das privatizações, desmonte das políticas sociais e contrarreformas, como a previdenciária. O Estado, que em épocas anteriores se mostrou ativo no que se refere à proteção social aos/as trabalhadores, retrocede ao se desresponsabilizar progressivamente em relação aos direitos sociais e trabalhistas. Surge em cena o neoliberalismo, buscando, por meio da reestruturação produtiva, recuperar o processo de acumulação capitalista.

Os efeitos dessa reestruturação são nefastos para a área social. Ao adotar as regras toyotistas, tendo como uma das características a acumulação flexível, inúmeros países passam a conviver com um estágio de desemprego, pauperismo e violência. A questão social,³ nesta fase, amplia-se e vem se radicalizando e se complexificando.

No modelo anterior, fordista/taylorista, a exploração da força de trabalho era mais evidente mediante as coerções e punições; tinha-se toda uma organização de vigilância do/a trabalhador/a nas fábricas e empresas. Com essa lógica da acumulação flexível, as opressões e explorações mascaram-se. O uso e desenvolvimento da microeletrônica no processo de trabalho, aliado às terceirizações, subcontratações, círculos de controle de qualidade, adoção de gerência participativa e do trabalhador multifuncional, aprofundam-se os processos de exploração e extração de mais-valia. Nesse contexto, por vezes não se consegue identificar claramente o que vem desmobilizando as lutas da classe trabalhadora. Tem-se que:

[...] a coerção cedeu lugar à motivação, ao trabalho em grupo, à autonomia e à criatividade, marcando decisivamente a peculiaridade do ideário da gestão participativa, inspirador das formas de controle capitalistas contemporâneas. [...] É a tendência da modernização que impõe o incremento de formas de gestão que, antes centralizadas no controle dos tempos e movimentos e no aperfeiçoamento técnico, incorpora, na atualidade, como elementos significativos a cooperação e o envolvimento do trabalho na administração gerencial (SOUZA, 2012, p. 149).

O sistema capitalista, em sua ótica neoliberal, consegue manter-se e fortalecer-se no cenário mundial por contar com um arsenal ideológico que busca a adequação a esse novo modelo gerencial mediante falácias e manipulações, como a modificação terminológica do/a trabalhador/a, que passa a ser visto/a como colaborador/a e participante dos lucros da empresa. Por trás dessa ideia, o que se fortalece é:

[...] o Trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é mais aquele fundamentado na especialização *taylorista e fordista*, mas o que se gestou na fase da desespecialização multifuncional, do trabalho multifuncional, que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho [...] E isso ocorre tanto no mundo industrial como nos serviços para não falar do agronegócio (ANTUNES, 2011a, p. 107).

Conforme Antunes (2011a), milhares de homens e mulheres padecem com trabalhos precarizados, instáveis, temporários, terceirizados, subcontratados, informais, sem acesso aos direitos. Vivenciam a destruição dos trabalhos regulados e estáveis presentes no século XX para conviver com essa nova configuração, articulada também pelas formas de empreendedorismo, cooperativismo e o tão aclamado trabalho voluntário – este é a transferência nítida das responsabilidades do Estado para a sociedade civil –, de tal modo que se convive na contemporaneidade com “distintas formas de precarização do trabalho, frequentemente sob o mando da flexibilização, seja salarial, de horário, funcional ou organizativa” (2011, p. 108).

Com a adoção do neoliberalismo na organização do sistema produtivo, o Brasil passa a sofrer grandes mutações sociais no mundo do trabalho. A articulação entre a reestruturação produtiva e a constituição do Estado neoliberal faz com que as condições e relações de trabalho da classe trabalhadora sofram refrações negativas e nefastas, ao começar por elementos como, de acordo com Alves (2009), a precarização do trabalho, a intensificação e exploração da força de trabalho, a desmobilização das lutas trabalhistas com perseguição, punição e cooptação.

Esse cenário neoliberal chega de maneira mais contundente em solo brasileiro a partir de 1990, inicialmente com o governo de Collor, e vem se fortalecendo e prosseguindo até o governo atual do Partido dos Trabalhadores (PT). Mudanças no setor produtivo ocasionaram profundos rebatimentos no mundo do trabalho, e a classe trabalhadora passa a vivenciar “um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego [...] e deterioração dos contratos, salários, devido à expansão da informatização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos” (ALVES, 2009, p. 190).

Alguns autores do campo crítico⁴ sistematizam os principais eixos da ordem neoliberal então reproduzidos no Brasil com início nos governos de Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), passando pelos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), citando seus principais elementos de organização econômica e política: 1) relação capital-trabalho, identificando na reorganização do processo produtivo (via reestruturação produtiva, desemprego, terceirizações, condições precárias de trabalho e desregulação do mercado) um dos pilares do modelo neoliberal;⁵ 2) mudanças nas relações intercapitalistas, com a abertura dos mercados financeiros e os processos de privatização, que levaram a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia financeira; 3) mudanças na inserção internacional via “reprimeirização” relativa das importações em novas bases tecnológicas e produtivas e o fortalecimento de alguns segmentos industriais típicos das revoluções tecnológicas; 4) mudanças na estrutura e funcionamento do Estado, através da quebra de monopólios estatais, privatização das empresas públicas, flexibilização das relações trabalhistas no setor público, redefinindo as regras da previdência, dentre outros feitos; 5) mudanças na representação política, mediante a “despolitização da política”, onde as decisões relevantes se deslocam para fora das instâncias formais do Parlamento e são transferidas para órgãos “técnicos” do Estado, supostamente livres de influências políticas; e 6) a instabilidade da dinâmica macroeconômica, por via da radicalização da dependência tecnológica e financeira do país, ficando o desempenho da economia dependente e atrelado aos ciclos do comércio internacional.

Aliado a esse contexto tem-se, conforme Alves (2009), o cariz político-ideológico como elemento que contribuiu para instaurar o ideário neoliberal nos diversos países, como, por exemplo, os acontecimentos históricos como a Queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da URSS (1991), que “tornaram-se ícones midiáticos para a proclamação da vitória gloriosa da globalização capitalista” (ALVES, 2009, p. 190).

No cenário brasileiro, a década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento do neoliberalismo por meio das privatizações de empresas estatais, as contrarreformas previdenciária e tributária e o desmantelamento das organizações sindicais, ocasionando a fragmentação das lutas coletivas. O objetivo era reorganizar o sistema produtivo, buscar novos métodos de ampliação e valorização do capital e desmobilizar politicamente a classe trabalhadora, isso tudo em prol do fortalecimento e recuperação do ciclo produtivo do sistema capitalista.

Nesse contexto de desmobilização e desagregação política dos trabalhadores, Alves (2009) observa que as pautas reivindicativas desses se reorientam diante da ofensiva neoliberal, quer dizer, passam a reivindicar contra os não cumprimentos dos direitos trabalhistas, buscando preservar os direitos agora ameaçados. Os motivos para fazer greve apresentam-se como

[...] elementos compositivos da síndrome da precarização do trabalho que atinge categorias de assalariados na década de 1990: usurpação de direitos trabalhistas, insegurança no emprego, usurpação do tempo de vida pelo tempo de trabalho (conteúdo das greves por jornada de trabalho) e restrição do direito de associação sindical (conteúdo das greves por motivo sindical) (ALVES, 2009, p. 192).

O Estado, nesse processo, se reordena para atender as demandas do capital e o crescente número de privatizações na década de 1990, o que ocasionou, entre outros resultados, a extinção do estatuto salarial de funcionários públicos como bancários, operários das siderúrgicas e mineradores, havendo um crescimento dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada, ou seja, sem condições de acessar os direitos trabalhistas. Isso traz rebatimentos negativos para a seguridade social, fazendo com que políticas como a saúde e a educação sejam comercializadas por meio do mercado. Assim,

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc. também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público (ANTUNES, 2011a, p. 107).

Não é à toa a perspectiva de retorno da retórica e da aliança de classes nos países latino-americanos, a suposta volta do desenvolvimentismo ou uma terceira via que associa *água* e *óleo*, ou o social e o liberal. A maneira desigual no trato do tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência) – onde se prioriza politicamente a assistencialização *pari passu* a perda de direitos e dignidade dos trabalhadores – já sinaliza as contradições entre os interesses das grandes corporações capitalistas com os direitos dos usuários de Serviço Social.

Os estudos de Elizabete Mota (2010) e Valério Arcary (2011) apresentam dados significativos sobre a diminuição da pobreza, mas o quanto esta não alterou a desigualdade social, dada a privatização cada vez maior da riqueza socialmente produzida. Na América Latina, mais de 40% da população é pobre, e entre 15% e 20% da população são indigentes. Os 20% mais ricos concentram 56,9% da riqueza da região; os 20% mais pobres recebem apenas 3,5% da renda. Estamos falando de países que utilizam o mesmo tipo de programa de proteção social e transferência monetária das Nações Unidas.

Haveria, segundo Maranhão (2010), um “novo canto da sereia” ilustrado na atualização das promessas liberais de crescimento econômico associado a melhorias no bem-estar da população. Um processo de revisão ideológica que, pelos seus objetivos e compromissos com a lógica de acumulação do capital, não rompe com os ideais liberais; ao contrário, renova-os com novas bases de legitimação e hegemonia. Neste horizonte,⁶ o combate à pobreza, por exemplo, se expressa nos indicativos dos organismos multilaterais de criar mecanismos e oportunidades sociais para o desenvolvimento das capacidades individuais no mercado.

A suposta conciliação entre mercado e justiça social é propagandeada por uma *nova pedagogia da hegemonia*, usando a expressão de Neves (2010), ao identificarem as estratégias do capital para educar o consenso e ampliar as bases do conformismo e do mote da conciliação e colaboração em prol do combate à pobreza e da preservação do meio ambiente. Neste processo, a educação reaparece como fator de desenvolvimento e oportunidade de *inclusão dos excluídos*. Todas as modalidades e níveis da educação escolar passam a ter como finalidade difundir e sedimentar a cultura empresarial. Do ponto de vista técnico, preparar o trabalho para dar conta de maior racionalidade técnico-científica; do ponto de vista ético-político, educar a classe trabalhadora para aceitação passiva dos impactos neoliberais sobre as suas condições de vida. Dos anos de 1990 em diante, a política social segue o mesmo horizonte

neoliberal: redução dos gastos públicos, focalização das ações governamentais, descentralização dos encargos e participação da sociedade civil na sua operacionalização.

Outro fenômeno de grande relevância nesse processo é a crescente terceirização, que ganha espaço nas instituições públicas do Estado. Este fenômeno vem também afligindo uma parte significativa de profissionais do Serviço Social que ingressa no mercado de trabalho por essa via e por contratos temporários, a exemplo das entrevistadas da pesquisa realizada com as profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do município de Fortaleza/CE: das seis, apenas duas eram concursadas, as outras eram terceirizadas, e ainda havia os casos nos quais as profissionais eram contratadas como assistentes técnicas e exerciam a função de assistente social. “Aí é que tá a contradição que eu tava te dizendo, colocam a gente como assistente técnico, mas na hora H a gente faz um trabalho de assistente social” (informação verbal).⁷

Além disso, outro elemento encorpa essa situação, como o do modelo adotado por alguns municípios cearenses que abrem processo licitatório do tipo menor preço para contratar assistentes sociais. O profissional segue na data e horário previsto para a abertura dos envelopes nos quais estão escritos os preços dados pelos assistentes sociais e é contratado aquele que lança o menor preço da sua força de trabalho. Essa situação foi verificada em publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, que divulgava a licitação em um determinado município.⁸

O capitalismo se reorganiza e sempre busca saídas para as crises em prol da acumulação de riqueza, tendo como alvo central o mundo do trabalho, mesmo porque é pela força de trabalho que o capital acumula riqueza; sem o trabalho, nem a sociedade existe nem o capital se valoriza.

Antunes, ao analisar historicamente os formatos e a lógica do modo de produção capitalista, atenta que os elementos novos e antigos vão se articulando em prol da reprodução do sistema. Desse modo, ao analisar o processo produtivo e a adoção do toyotismo, não se pode considerar que houve uma substituição do modelo anterior (fordismo/taylorismo), pois, apesar das singularidades que o toyotismo traz, com “diminuição das hierarquias, pela redução do despotismo fabril, pela maior ‘participação’ do trabalhador na concepção do processo produtivo” (ANTUNES, 2011a, p. 39), ocorreu uma articulação entre os elementos do binômio fordismo/taylorismo com os do toyotismo,

[...] neste universo, a questão que nos parece mais pertinente é aquela que interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferenciam essencialmente ou não das várias formas existentes de fordismo. Queremos aqui tão somente enfatizar que a referida diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital (ANTUNES, 2011a, p. 39).

Essas recombinações realizadas pelo sistema capitalista têm como objetivo central a valorização e criação do capital. Sendo assim, engendram-se novos elementos postos ao trabalho morto e ao trabalho vivo por intermédio das máquinas interpostas com a lógica informacional-digital presente, isto é, ora reduzindo, ora ampliando as variadas formas desse trabalho, bem como reterritorializando ou, em outros momentos, desterritorializando os variados espaços de trabalho, tendo como objetivo intensificar e ampliar

[...] as formas geradoras do valor, articulando um maquinário altamente avançado (de que são exemplo as tecnologias de comunicação e informação que invadiram o mundo da mercadoria) com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores “qualificações” e “competências” da força de trabalho (seja de perfil acentuadamente manual, mas especialmente daquela fornecedora de mais potencialidade “intelectual”, aqui entendida em seu restrito sentido dado pelo mercado), exercido através do “trabalho social complexo e combinado” e “multifuncional” (ANTUNES, 2009, p. 131).

Todos os espaços, como afirma Antunes (2009), são convertidos em geradores de mais valor. Este é medido por sua substância criadora, o trabalho,⁹ ou seja, pela quantidade de trabalho necessário, pelo *tempo de trabalho socialmente necessário*¹⁰ para a produção de determinada mercadoria. Dessa maneira, “o que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso”¹¹ (MARX, 2012, p. 61).

Se o que determina valor é a quantidade de trabalho necessária, como o capital se valoriza? Ao se apropriar do tempo de trabalho excedente, isto é, quando o trabalhador opera para além do necessário no processo produtivo, como afirma Marx:

[...] Chamo de tempo de trabalho necessário a essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução; e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. [...] O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido, de trabalho excedente (MARX, 2012, p. 253).

É nesse processo de produção de mais-valia que o capitalista angaria valor e incrementa-se, perfazendo seu objeto primordial, qual seja, a acumulação de mais capital e riqueza. Como bem afirma Marx (2012, p. 254), é no processo de extração desse trabalho excedente que a sociedade capitalista se diferencia das outras formações econômico-sociais, uma vez que “a taxa da mais-valia é [...] a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

A riqueza é medida pela magnitude da extração de mais-valia. O entendimento dessa lógica é necessário para que se compreenda como o sistema capitalista vem reconfigurando o mundo do trabalho, sabendo que seu objetivo maior é a riqueza em grande escala. Para tal, ao desencadear a reestruturação produtiva,¹² traz em escala global o trabalho precarizado, subcontratado, o aumento das terceirizações, e, como afirma Antunes (2009, p. 131), trazendo ainda “formas de trabalho que frequentemente mascaram a superexploração e mesmo autoexploração, como o empreendedorismo, as falsas cooperativas [...], tendo como objetivo central a explícita extração de mais-valia”¹³.

Essas nuances que encobrem a lógica do sistema capitalista, ao reconfigurar as condições e relações de trabalho, desfavorecem a classe trabalhadora, que cada vez mais se depara com a ofensiva do capital, agora em sua fase neoliberal, na desregulamentação de seus direitos, intensificando as contradições e precarizações dos que vivem do trabalho assalariado; aqui se encaixa grande parte da categoria de assistentes sociais.

Além das relações de trabalho enfrentadas pelas profissionais entrevistadas, as condições de trabalho não oferecem um cenário propício para uma intervenção qualificada. Os principais problemas encontrados foram: o número reduzido de profissionais em relação ao montante da demanda (em apenas uma instituição havia duas assistentes sociais); condições de trabalho precárias; o setor social sem sala específica; o não reconhecimento da profissão por parte de alguns gestores e profissionais de outras áreas; a ausência de capacitações continuadas; as exigências contemporâneas para o cumprimento de metas, dificultando um trabalho mais acurado nos casos atendidos; e a interferência nas ações realizadas, ferindo a autonomia profissional.

A categoria profissional, através do movimento de repensar a profissão,¹⁴ vem fortalecendo o que denomina de Projeto Ético-Político, que são diretrizes e princípios que devem nortear a formação e intervenção do Serviço Social, tendo como um de seus documentos o Código de Ética, o norte desta profissão, que é a defesa da liberdade como valor ético central. Pode-se citar como exemplo, dentre outros princípios, a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de outra ordem societária. Contudo, como materializá-lo mediante as configurações contemporâneas do mundo do trabalho? Seu projeto só pode ser concretizado no cotidiano; porém, este está imerso nas

contradições do sistema capitalista, de tal modo que a categoria profissional necessita compreender suas nuances para, assim, debater as possibilidades reais e os materiais de seu projeto.

Desafios e possibilidades para o Serviço Social

As configurações do trabalho e de outras práxis sociais na sociedade capitalista-neoliberal apresentam em quais condições e relações os profissionais de Serviço Social realizam sua intervenção.

Conforme Alencar e Granemann (2009), a preocupação em analisar e desvendar os elementos que encobrem a atuação do Serviço Social na contemporaneidade diz respeito às novas faces das determinações históricas do capitalismo. Desde a consolidação da profissão, na época de fortalecimento do capitalismo monopolista, os assistentes sociais convivem com sua autonomia profissional ameaçada diante dos limites institucionais.

Na contemporaneidade, além desses limites institucionais, a ofensiva neoliberal direcionada ao desmonte dos direitos trabalhistas articulado com a profunda desvalorização e exploração da força de trabalho, coloca aos assistentes sociais relações e condições de trabalho fragilizadas e pauperizadas, fortalecidas pelos fenômenos explicitados acima, como as subcontratações e terceirizações. Este contexto vem ameaçando uma atuação profissional em sintonia com os princípios e diretrizes do Projeto Ético-Político (PEP) e tem-se uma conjuntura configurada da seguinte maneira:

A atual dinâmica do capitalismo mundial estrutura um conjunto de condições econômicas e políticas que aprofunda cada vez mais a tendência de desvalorização da força de trabalho à medida que modifica as formas de produção e o conjunto das relações sociais para assegurar o nível das taxas de lucro (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 162).

Todo essa realidade de insegurança no trabalho, tendo no medo do desemprego seu aspecto basilar, são elementos propiciadores do fortalecimento do capital e desmonte político do potencial organizativo da classe trabalhadora, mesmo porque, ao compreender como o capital se valoriza, passa-se a visualizar que o objetivo central desse sistema é assegurar as condições para a extração da mais-valia.

Esse bojo de relações capitalistas traz uma repercussão negativa ao Serviço Social, ao passo que a atuação profissional é delimitada por essas normas contratuais que encobrem as relações e condições de trabalho no capitalismo que, somado ao processo de privatização e desmonte engendrados contra as políticas sociais – espaços privilegiados da atuação dos/as assistentes sociais –, apresentam as condições desfavoráveis desse trabalho, que convivem com muitos limites necessitando cada vez mais traçar as possibilidades interventivas e de luta coletiva em prol do que se vem pregando em seus princípios éticos e políticos.

A tendência, pois, de alienação do trabalho está enraizada nas condições de trabalho propiciadas pelo estágio atual do modo de produção, por suas exigências de lucro, pelas contrarreformas de seu Estado, pela redefinição das políticas sociais com ênfase nos seus traços de assistencialização e financeirização. Sobre tais elementos, repousam muitas das problematizações dos assistentes sociais quando se referem ao sofrimento e ao desgaste mental e emocional, ao desânimo face às normas e aos parâmetros institucionais, as (im)possibilidades de operacionalizar seus princípios ético-políticos, a inserção combinada em várias políticas sociais que impõe rotinas de trabalho duplas, sob a perspectiva do cumprimento de índices de produtividade e de metas a serem alcançadas e atestadas (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167).

O processo elencado acima pelas autoras necessita, assim como todas as modificações trazidas pelo sistema capitalista desde o século XX, ser problematizado e debatido pela categoria profissional, que tem como norte e guia o Projeto Ético-Político (PEP). Sem o devido entendimento acerca do espaço

profissional no qual o assistente social atua, será mais dificultoso traçar as possibilidades de busca de materialização do referido projeto.

De acordo com Netto (2006), o debate no Serviço Social sobre o PEP data da segunda metade dos anos de 1990, com sua construção iniciada na transição de 1970 para 1980, tendo como cerne a denúncia e enfrentamento ao conservadorismo profissional, perfazendo uma crítica contundente e enraizada sobre o estatuto tradicional do Serviço Social.

Esse projeto profissional se articula com um projeto societário¹⁵ que, conforme afirmam Teixeira e Braz (2009), pode ser transformador da realidade social ou conservador do *status quo*. No caso do Serviço Social brasileiro, seu projeto ético-político “está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (p. 189), visto os princípios que regem tal projeto. Sem falar que:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2006, p. 4).

Ao representar a autoimagem da profissão, traz em si os princípios, os valores, a função social e os objetivos que devem conduzir a intervenção profissional. Apresenta os elementos obrigatórios para todos que desejam formar-se e ingressar na categoria de Serviço Social. Por isso é tão importante o debate sobre as ofensivas que rebatem negativamente em sua materialização.

O PEP¹⁶ é uma construção coletiva da categoria profissional, juntamente com instituições, entidades profissionais e estudantis, como, por exemplo, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, tendo como chão histórico, como declara Braz (2009) o movimento de reconceituação, que ganha mais ênfase e se fortalece no processo de redemocratização brasileira, que possibilitou as condições democráticas para o rompimento com o conservadorismo imperante no Serviço Social e fundamentava suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica.

Essa luta pela democracia pós-ditadura militar possibilitou um espaço profícuo para o rompimento com esse conservadorismo, uma vez que “no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional” (NETTO, 2006, p. 10). O solo que se abria à sociedade brasileira e ao Serviço Social em particular permitiu que se forjasse outro perfil profissional e outras respostas à questão social, sustentadas agora em outros parâmetros teóricos e metodológicos, bem como em outros princípios e valores.

O Serviço Social vem, dessa forma, repensando a profissão e seu estatuto ético político. O PEP possui três elementos constitutivos que se articulam e o formam. São eles: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, que se refere aos processos reflexivos sobre o fazer profissional; as instâncias político-organizativas da categoria, como as entidades representativas da profissão; e a dimensão jurídico-política da profissão, como o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Diretrizes Curriculares, bem como os conjuntos de leis que não são estritamente da profissão, como as legislações sociais, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). São esses os elementos que constituem o PEP e orientam o profissional em sua ação na realidade objetiva. Portanto, tais dimensões:

[...] articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético-político-profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (BRAZ, 2009, s.p.).

O núcleo central desse PEP é a liberdade como valor ético, trazendo consigo o compromisso com a autonomia, liberdade e expansão dos sujeitos. Seu horizonte é a construção de outra sociabilidade, sem dominação de classe, raça/étnica, gênero e orientação sexual. Como afirma Netto (2006, p. 16), tem-se ainda o compromisso com a competência em seu fazer profissional e em sua formação continuada.

As ações cotidianas dos assistentes sociais devem ser balizadas por esses princípios e valores. Contudo, o grande debate centra-se em como materializar os princípios desse projeto, que recusa a estrutura da sociedade capitalista e seus valores individualistas, reacionários, discriminatórios e violentos. A implementação e materialização plena do PEP são incompatíveis com a sociedade capitalista. Como basear a atuação profissional diante do quadro adverso que encobre o mundo do trabalho, das ofensivas neoliberais junto às políticas sociais e aos movimentos sociais? Um passo primordial a ser dado é conhecer os entraves que encobrem a intervenção profissional na contemporaneidade; conhecer para traçar possibilidades e saídas. Quando se fala em conhecer, objetiva-se chegar aos profissionais que estão na intervenção cotidiana, pois se sabe que esse debate no âmbito da academia já vem sendo executado desde a década de 1990.

Se é no cotidiano da atuação que se deve seguir as diretrizes políticas, éticas, teóricas e metodológicas do PEP, é neste mesmo dia a dia comandado pelo neoliberalismo que a práxis do Serviço Social é desqualificada mediante as configurações do mundo do trabalho. Como ser contra a arbitrariedade, o autoritarismo e defender a liberdade em uma sociedade regida pelo capital? Como trabalhar em prol da emancipação dos indivíduos se os direitos destes são cerceados e vivem em sua sociedade desigual na qual os meios de produção são detidos pela classe rica? Como o assistente social vai se portar nesse terreno movediço? Deve achar que tudo está perdido e nada pode fazer?

O primeiro passo é entender e buscar desvendar esse mundo do trabalho, compreender o movimento histórico do sistema capitalista em prol da acumulação de riqueza para, assim, apostar nas saídas, que devem ser coletivas. A luta política coletiva é central no presente debate, mas o que fazer e dizer aos assistentes sociais que estão nos espaços sócio-ocupacionais de diferentes naturezas intervindo e executando as políticas sociais? É dizer, conforme Martinelli (2006, p. 19), que “somos nós, portanto, que podemos, pela mediação das nossas práticas, dar vida e concretude ao projeto ético-político profissional”.

Buscar as mediações necessárias, desvendar as condições e relações de trabalho, não para temer o desemprego, mas para auxiliar nos caminhos que devem ser traçados coletivamente – e não individualmente em seu local de trabalho – em prol da materialização concreta de muitos dos princípios do PEP são caminhos possíveis, pois “mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e ainda mais é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada” (MARTINELLI, 2006, p. 21).

Reflexões finais

Desvendar os limites que encobrem o mundo do trabalho é fundamental; desmascará-los e decifrá-los – entendendo o movimento da precarização do trabalho profissional que vem ocasionando inúmeros processos e sofrimentos físicos e psicológicos aos assistentes sociais que convivem com ambientes de trabalho muitas vezes insalubres e inadaptados para o exercício profissional – é um processo extremamente necessário.

Os ditames do neoliberalismo no mundo do trabalho desmobilizaram e vêm desmobilizando cada vez mais a classe trabalhadora; o medo do desemprego transfere ao sujeito a responsabilização por seu emprego, de tal modo que fará o possível para não perdê-lo.

Diante desse contexto fragilizado, precarizado e empobrecido, muitos profissionais deixam de se mover na luta por seus direitos e dos usuários que atendem. Contudo, o conhecimento dessa ofensiva neoliberal não deve assustar e fazer recuar a categoria profissional, mas sim fazê-la buscar a articulação

política e coletiva no interior da mesma, bem como, de modo geral, nos movimentos sociais e em outras profissões para o enfrentamento dessa ordem do capital, pois, como afirma a campanha lançada pelo CFESS (ano de 2012): “Sem movimento não há liberdade”.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. *Katálysis*, Florianópolis, v. 12 n. 2, jul./dez. 2009.
- _____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011a.
- _____. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. *Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.
- ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2011.
- BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. Disponível em: <http://locuss.org/joomllocuss/index.php?option=comdocman&task=catview&Itemid=36&gid=25&limitstart=20> . 2009. Acesso em: 01 dez. 2012. Cf. <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>.
- BRASIL. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed Rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.
- CARCANHOLO, R.A.; PRIEB, S. A. M. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, R. A. (Org.). *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2002.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 2006.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOTA, A. E. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: _____ (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. [2006] Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servicosociaisauade/sumario.htm>. Acesso em: 01 dez. 2012.
- _____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, L. M. W. (Org.). *A direita para o social e a esquerda para capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.
- SOUZA, Reivan Marinho de. Da coerção ao “envolvimento”: forma “humanizada” de controle do capital sobre o trabalho na produção flexível. In: *Trabalho, educação e forma humana frente à necessidade histórica da revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- TEXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

¹ Ainda que com diversas nuances (liberalismo clássico, neoliberalismo, social-liberalismo), a doutrina liberal unifica-se em três categorias centrais cujo fio condutor é o interesse do capital. São estas: o individualismo, a propriedade privada e o Estado também privado. As relações erguidas no capitalismo entre o indivíduo e o mercado, entre o indivíduo e os outros indivíduos, bem como com o papel do Estado e da democracia nestas conexões, constituem-se como fundamento do debate

neoliberal no século XX, culminando, nos anos de 1970, na consolidação efetiva do neoliberalismo como projeto de sociedade e de educação (LOMBARDI; SAVIANI; SANFELICE, 2002).

² Netto (2011) denomina de Movimento de Reconceituação o período pós-64 em que o Serviço Social repensou suas bases teóricas, metodológicas, éticas e políticas.

³ De acordo com Iamamoto (2011), a questão social foi gestada na sociedade burguesa derivada do caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana. Ela expressa em um conjunto de desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, mediatizadas por questões étnico-raciais e de gênero. Contudo, a questão social não se limita às desigualdades; é também rebeldia, como afirma Marilda Iamamoto, ao envolver indivíduos que resistem e se opõem às situações desiguais. Assim, “É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção de rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p. 28).

⁴ Castelo (2012) e Arcary (2011).

⁵ Podemos verificar no livro *O continente do labor*, de Antunes (2011b), o relato com densos dados sobre as particularidades da reestruturação produtiva no Brasil, fundamentados em sua pesquisa intitulada “Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil”.

⁶ No referido texto, Cezar Maranhão recupera o pensamento do indiano Amartya Sen, Nobel de Economia em 1998, para ilustrar o enfrentamento da intelectualidade capitalista ante a deslegitimação da ortodoxia liberal. Em seu lugar surge uma proposta social-liberal que alia desenvolvimento e liberdade sem romper com as bases da acumulação capitalista.

⁷ Entrevista concedida pela profissional durante a pesquisa de campo que realizei na Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Fortaleza/CE no ano de 2013.

⁸ Na página 228, encontra-se a divulgação deste caso citado. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20110823/do20110823p01.pdf>. Acesso em: 01 out. 2011.

⁹ “Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso” (MARX, 2012, p. 68).

¹⁰ “[...] é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade” (MARX, 2012, p. 61).

¹¹ De acordo com Marx, os valores de uso são a união da matéria fornecida pela natureza e trabalho, são objetos destinados a satisfazer as necessidades humanas. Já o valor-de-troca seria a forma fenomênica do valor que independe do valor de uso, mesmo que inicialmente se revelem pela relação quantitativa entre os valores-de-uso de espécies diferentes, pois seu conteúdo é o valor, já que se mede pela permutabilidade das coisas, isto é, é, uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado num objeto.

¹² Que chegou aos países centrais na década de 1970 e no Brasil metade dos anos de 1980, ganhando força na década de 1990.

¹³ Vale ressaltar que: “A magnitude absoluta do tempo de trabalho – o dia de trabalho, a jornada de trabalho – é constituída pela soma de trabalho necessário e de trabalho excedente, ou seja, do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais-valia” (MARX, 2012, p. 266).

¹⁴ Netto (2011) denomina este movimento de Movimento de Reconceituação, iniciado no período pós-64, no qual o Serviço Social repensou sobre suas bases teóricas, metodológicas, éticas e políticas.

¹⁵ Projeto societário é um tipo de projeto coletivo que “[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la [...] são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade [...]” (NETTO, 2006, p. 3).

¹⁶ Vale destacar as menções que Netto (2006, p. 8) faz acerca da dimensão ética e política do projeto profissional: “[...] os projetos profissionais requerem sempre uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética – porém, esta fundamentação, sendo posta nos Códigos, não se esgota neles, isto é: a valoração ética *atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele*. [...] os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isso mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional”.